

# FILOSOFIA POSITIVA E O MITO DA NEUTRALIDADE DO CONHECIMENTO

## POSITIVE PHILOSOPHY AND THE MYTH OF NEUTRALITY OF KNOWLEDGE

Maria Isabel Moura Nascimento<sup>1</sup>

Carla Michele Ramos Torres<sup>2</sup>

Gláucia Andreza Kronbauer<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objeto de estudo a Filosofia Positivista e a crítica Marxista à luz do materialismo histórico dialético, e procura problematizar o mito da neutralidade científica que fundamenta o método positivista em contraposição a concepção de ciência na perspectiva da sociedade de classes. O trabalho explicita o contexto histórico e a materialidade dos pensadores das duas correntes teóricas; discute suas concepções de formação humana, de sociedade e de história, e por fim identifica os fundamentos e as implicações do positivismo e do marxismo para a produção do conhecimento. Considerando que a construção do conhecimento ocorre a partir das disputas ideológicas existentes num determinado contexto histórico, concluímos que o positivismo e o marxismo expressam no campo teórico e prático o antagonismo de classes existente no modo de produção capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conhecimento. Sociedade de Classes. Positivismo.

**ABSTRACT:** This article focus on Positivist Philosophy and Marxist criticism in the light of dialectical historical materialism, and intend to problematize the myth of scientific neutrality that bases the positivist method against the conception of science in the perspective of class society. The work describes the historical context and the materiality of the thinkers of the two theoretical currents; discusses their conceptions of human formation, society, and history, and finally identifies the foundations and implications of positivism and Marxism for the production of knowledge. Considering that the construction of knowledge occurs from the ideological disputes in a given historical context, we conclude that positivism and Marxism express in the theoretical and practical field the antagonism of classes existing in



Vol. 13 Número Especial

Jul/Dez. 2017

*Ahead of Print*

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG.

<sup>2</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG. Docente de História do IFPR, Campus Irati.

<sup>3</sup>Doutora em Educação pela UEPG, PR. Pesquisadora do Grupo HISTEDBR. Docente do Departamento de Educação Física da UNICENTRO.

the capitalist mode of production.

**KEYWORDS:** Knowledge. Class Society. Positivism.

## Introdução

Em tempos obscuros de projetos como o da “Escola sem Partido”, também conhecido como “Lei da Mordaza”, entre outros ataques à educação escolar crítica e o total desprezo pelo conhecimento, quando professores e pesquisadores são perseguidos e condenados por não serem “imparciais” ou “neutros” ao problematizar conhecimentos, torna-se mais do que urgente discutir a questão da neutralidade da ciência. Sem adentrarmos no conteúdo específico do referido projeto de lei, pois isto está presente na obra organizada por Gaudêncio Frigotto (2017), concentremo-nos em sua justificativa.

O movimento “Escola sem Partido”, que elaborou o referido projeto de lei, fundamenta-se na premissa de que o conhecimento é neutro, construído a partir da observação de fatos e, como afirma o ditado, “contra fatos não há argumentos”. Neste caso, seria função da escola transmitir tal conhecimento aos alunos sem qualquer tipo de posicionamento ou tendência político-ideológica – em uma disputa violenta entre uma criança e um adulto, assume-se a ingênua posição de que não tomar partido significa “neutralidade”, quando, na realidade, o resultado é a vantagem do mais forte. Assim, sendo:

O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados (FRIGOTTO, 2017, p.29).

Por exemplo, discutir o sistema capitalista como uma forma de sociabilidade na qual alguns vivem com um salário mínimo a partir da venda do seu trabalho, e outros enriquecem explorando os primeiros, isso seria doutrinação. Por outro lado, é plausível ensinar a um aluno estratégias para vender seu trabalho (conhecimento técnico, respeito à hierarquia, obediência) e que cada um precisa desempenhar seu papel social (mesmo que a remuneração seja baixa e a tarefa desagradável), pois é assim que a economia cresce e o país se desenvolve. Ou seja, a “Escola sem Partido” assume o estado das coisas como um fato neutro, não ideológico, e, por isso, qualquer conhecimento que o questiona é denunciado como “doutrinação ideológica”.

Essa perspectiva de que é possível ao homem apreender os fenômenos tais como são, pelo distanciamento entre sujeito e objeto, tem sido assimilada na história da produção do conhecimento como um dos critérios que classificam aquilo que é verdadeiro ou falso. A filosofia clássica expressa no pensamento aristotélico parte do pressuposto de que o objeto está fora do sujeito. Dessa maneira, assume que o sujeito apreende o objeto em si, ou seja, a verdade está no objeto, ele não pode ser diferente do que é – a contradição é sinônimo de falsidade. Essa abordagem da teoria do conhecimento atravessou os diferentes períodos históricos e se mantém na atualidade, principalmente naqueles métodos que se dizem “mais objetivos”.

Mas, o campo acadêmico, principalmente as ciências humanas e sociais, se mostra inflamado pelas discussões sobre a (im)possibilidade de produzir conhecimento objetivo e imparcial, principalmente quando esse conhecimento diz respeito às relações sociais. Essa dúvida pautava também as reflexões dos pensadores da teoria do conhecimento a partir do século XVIII, período da Revolução Copernicana na Ciência, influenciando a elaboração de novas perspectivas com Immanuel Kant (1724-1804), Georg Hegel (1770-1831), entre

outros.

Enquanto Copérnico inverteu o modelo cosmológico do século XVI, até então geocêntrico e posicionou teoricamente o sol no centro do universo, Immanuel Kant transformou completamente a relação entre sujeito e objeto e deslocou a verdade para o sujeito, afirmando que a realidade não era um fato, mas uma construção humana. Os objetos, segundo Kant (2001), seriam uma construção que parte da experiência, daquilo que afeta nossos sentidos, mas só se tornam objetos verdadeiros quando são elaborados e conceituados pela razão. Logo, a verdade está naquilo que o sujeito interpreta como tal, a partir de critérios orientados pela razão. A perspectiva kantiana trouxe a subjetividade para o centro do processo de produção do conhecimento.

Dessa maneira temos, por um lado, as verdades universais do objeto, buscadas pelo método cartesiano - neste caso, o pesquisador é um observador que descreve e analisa um fenômeno a partir das suas leis imanentes. Por outro lado, em Kant, a verdade está naquilo que o ser humano cria como tal.

Nesse cenário, Georg Hegel introduziu a contradição como possibilidade de apreensão das dinâmicas essenciais de cada fenômeno. Para Hegel, a realidade não é um dado estático e a contradição, ao invés de sintoma de falsidade, permite a captação dos movimentos da realidade (MARX; ENGELS, 2007). Em uma perspectiva que se aproxima de Kant, Hegel afirma que o conhecimento sobre o mundo é uma criação dos homens, sob os desígnios de um espírito absoluto e que, na realidade, não apreendemos o objeto em si, mas o seu movimento.

Entretanto, para o modelo positivista proposto por Augusto Comte (1798-1857), o método cartesiano de investigação dos fenômenos da natureza voltou a centralidade e se tornou referência, inclusive, para a investigação dos fenômenos sociais. Comte propôs a criação de uma Física Social, que, juntamente com a Astronomia, a Física, a Química e a Fisiologia, comporia o sistema da Filosofia Positiva como forma de unificação de todo o conhecimento.

Assim, as dinâmicas sociais passaram a ser tratadas como fatos apreendidos novamente por meio do afastamento entre sujeito e objeto. Esse afastamento permitiria ao sujeito contemplar o objeto de maneira imparcial, neutra, ignorando as falsas impressões e os falsos julgamentos, ou seja, alcançar o conhecimento verdadeiro por meio dos sentidos e da razão (LÖWY, 2000). A aproximação entre sujeito e objeto representava o falseamento, a impossibilidade de encontrar descrições e explicações verdadeiras da realidade.

Em contraposição, os preceitos de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), assim como sua concepção de ciência, fundamentaram-se na máxima de que a vida se constitui a partir das condições materiais concretas, e não a partir das ideias. Para esses pensadores, o ser humano como sujeito de sua história teria a potência de transformar essas condições a seu favor. Essa transformação acontece em uma relação dialética entre homem e natureza e seria a base para a construção da existência humana, sendo o trabalho o fator de mediação (MARX; ENGELS, 2007).

Por isso, se o conhecimento é humano, não há produção de conhecimento isolada da organização social estabelecida pelas relações de trabalho. Assim, os critérios de verdade serão relativos aos interesses hegemônicos daqueles que fazem ciência. Seguindo este raciocínio, a verdade estaria associada à sua utilidade para a transformação ou manutenção da ordem social estabelecida: para a classe dominante, verdadeiro seria o conhecimento capaz de manter o estado das coisas, para a classe revolucionária, verdadeiro seria o conhecimento capaz de transformá-lo - ou seja, não há possibilidade de neutralidade na ciência. A verdade é uma construção de valor relativo, é histórica e depende da disputa de forças entre as classes sociais que produzem o conhecimento em determinado tempo e espaço.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é problematizar o mito da neutralidade científica que fundamenta o método positivista em contraposição a concepção de ciência na perspectiva da sociedade de classes. São objetivos específicos explicitar o contexto histórico e a materialidade dos pensadores das duas correntes teóricas; discutir suas concepções de formação humana, de sociedade e de história e, por fim, identificar os fundamentos e as implicações do positivismo e do marxismo para a produção do conhecimento.

O presente estudo, fundamentado no materialismo histórico dialético, tem como objeto de análise a Filosofia Positivista, também denominada de Positiva, e a Filosofia Marxista e assume desde já a impossibilidade da neutralidade da ciência. Além do mais, comprometemo-nos, de antemão, com a perspectiva da transformação social, na qual o conhecimento torna-se instrumento inalienável na luta contra a desigualdade e contra qualquer forma de opressão e exploração da vida humana.

### **A materialidade dos pensadores**

O homem é um ser social e seu pensamento, bem como suas ações, não devem ser analisados fora do seu contexto histórico. Dessa maneira, alicerçado nos pressupostos do materialismo histórico dialético, este trabalho busca analisar a Filosofia Positivista e a Filosofia Marxista à luz da conjuntura econômica, política, social e cultural europeia durante o século XIX, em especial os períodos dos principais escritos teóricos dos filósofos Auguste Comte, Karl Marx e Friedrich Engels.

A Europa no decorrer do século XIX passou por várias transformações nas suas relações de produção e de trabalho, favorecendo assim mudanças nas suas formas políticas e também na esfera cultural. O capitalismo industrial, consolidado na Inglaterra, começou a ganhar força também na França e fez ampliar a luta de classes. Essa configuração antagonista fez emergir correntes teóricas que expressaram de maneira distinta as contradições daquele período. Entre essas correntes estão o Idealismo, Liberalismo, Socialismo Utopico, Positivismo e o Marxismo, sendo as duas últimas o objeto deste estudo.

O filósofo Comte é considerado fundador do Positivismo, apesar de ter ele próprio reconhecido que o espírito positivo já se pronunciava desde os tempos de Francis Bacon, René Descartes e Galileu Galilei. Suas influências iniciais vieram dos dois anos que estudou na Escola Politécnica de Paris, entre os anos de 1814 e 1816, onde teve contato com matemáticos, físicos e astrônomos, levando-o a refletir sobre a relação entre as ciências e a história humana.

A escrita comteana foi marcada pelos acontecimentos políticos da primeira metade do século XIX. Após o término da Revolução Francesa, a Era Napoleônica “[...] criou na França as condições sem as quais não seria possível a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas [...]” (MARX, 2008, p. 20). Podemos afirmar, portanto, que embora os franceses tenham retrocedido politicamente num dado momento com a volta dos Bourbons (1815-1830), o modo de produção capitalista e a classe burguesa passaram a conduzir essa sociedade, seja em seus aspectos estruturais, seja nos seus elementos superestruturais.

Como membro da elite intelectual, Comte teve contato com vários pensadores que certamente colaboraram para sua dedicação aos estudos da evolução intelectual da humanidade e a defesa do estado mais elevado dessa evolução: o estado positivo. Entre esses intelectuais destacaram Jean-Baptiste Say, representante do Liberalismo na França, Destutt de Tracy com sua ciência das ideias e o socialista utópico Saint-Simon. Desta forma, três campos teóricos foram assimilados na Filosofia Positivista através desses pensadores, sendo respectivamente a ciência econômica, o campo das ideias e a ciência política.

Os primeiros idealizadores de um método objetivo para a ciência da sociedade

estavam pautados em ideais “revolucionários” e no combate à concepção inatista que mantinha as riquezas concentradas nas mãos de dinastias por laços de sangue e, ao mesmo tempo, justificavam a organização social por designios divinos. Ao contrário, Comte e seus sucessores trouxeram o conservadorismo para justificar e reproduzir, desta vez, não mais a ordem feudal, e sim a ordem burguesa (LÖWY, 2000).

O avanço científico promovido pelo desenvolvimento industrial e a instabilidade política francesa no decorrer da primeira metade do século XIX, sem dúvida estiveram presentes na concepção filosófica comteana, através de conceitos como progresso e reorganização social. Além do mais, o fato de pertencer a uma classe burguesa, naqueles instantes em que o capitalismo varria os resquícios feudais, conduziu Comte (1978) à tese de que somente uma educação positiva poderia retirar as nações civilizadas da crise política e moral produzida pela anarquia intelectual.

Em relação à Inglaterra e à atual Alemanha, regiões nas quais Karl Marx e Friedrich Engels viveram boa parte do tempo em que escreveram, as contradições oriundas do capitalismo industrial eram um pouco diversas das condições encontradas na França. Entre os ingleses, estáveis politicamente, a industrialização se encontrava num momento de amplo desenvolvimento, se comparada às outras nações europeias. Logo, a proletarização e a consequente resistência dos trabalhadores eram questões mais emergentes nesta sociedade, instigando intelectuais a pensarem nos aspectos econômicos e sociais em seus estudos teóricos.

No que diz respeito à Alemanha, vale ressaltar que esse território até 1871 era dividido em vários Estados independentes, com forte domínio da Prússia e da Áustria. Essa condição criou alguns limites no processo de desenvolvimento industrial dos Estados Confederados Germânicos, gerando dessa maneira desdobramentos no campo político e até mesmo cultural. Sobre estas duas últimas realidades Marx produziu duas obras em que é possível conhecer a materialidade alemã, são elas *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e *A Questão Judaica*.

Marx e Engels não podem ser considerados somente teóricos do ponto de vista acadêmico, pois atuaram concomitantemente na imprensa e nos movimentos de cunho proletário, o que lhes rendeu exílios, precariedade financeira e censura. Ao contrário de Comte, os dois socialistas científicos foram influenciados “[...] do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês” (LENINE, 1982, p. 35).

A combinação entre teoria e militância levou Marx e Engels a analisar criticamente o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa de sua época, utilizando como pressuposto a concepção de que a organização social ocorre a partir de uma base material constituída pelas relações de produção da vida humana. Portanto, o que os homens são “coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Com base na fundamentação materialista da história, inferimos que tanto a Filosofia Positivista quanto a Marxista são expressões do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial - e sua política burguesa - que marcou de maneira distinta a Europa Ocidental durante o século XIX. Assim sendo, as condições objetivas do modo capitalista de produção e as condições subjetivas de cada pensador produziram duas teorias divergentes em relação à concepção da história, da sociedade e da ciência.

## **A humanidade, as ideias, a história**

Nesta seção trataremos das interpretações da Filosofia Positivista e da crítica

Marxista no que diz respeito à formação da consciência e sua relação com o desenvolvimento da humanidade. Cabe destacar que Comte, Marx e Engels assim como muitos outros pensadores contemporâneos aos séculos XVIII e XIX foram fortemente influenciados pelas ideias da Modernidade e do Progresso, frutos do Movimento Iluminista. Citamos duas importantes perspectivas para ilustrar aproximações iniciais: o racionalismo e o evolucionismo.

Os pensadores modernos, em geral, assumem que o ser humano é dotado de razão, e sua capacidade de racionalizar os fenômenos que observa produz explicações não mais pautadas em criaturas mitológicas ou divindades. Uma vez que os fenômenos são explicados pela razão, a partir da observação, surgem novas possibilidades de manipulação desses fenômenos. Isso significa que conforme a humanidade amplia seus horizontes cognitivos, ela também incrementa seu potencial transformador sobre a natureza.

Ao mesmo tempo, o evolucionismo é uma perspectiva caracteristicamente moderna e, segundo consta, fortemente influenciada pelas hipóteses de Charles Darwin (1809-1882) sobre a evolução das espécies, que atingiram diferentes áreas das ciências e passaram a fundamentar também as discussões da história. Diferentemente do que se pensava até então, de que a história da humanidade se dava por rupturas de tempos e espaços, os evolucionistas passam a concebê-la como uma continuidade em direção ao pleno desenvolvimento das forças humanas, ou, como diria Condorcet, ao aperfeiçoamento real do homem: “Irão todas as nações aproximar-se um dia do estado de civilização a que chegaram os povos mais esclarecidos, mais livres, menos presos e preconceituosos, tal como os franceses e os anglo-americanos?” (CONDORCET *apud* GARDINER, 1995, p. 69).

Uma importante contribuição, neste sentido, foi a incorporação da dialética, por Hegel, na explicação do desenvolvimento da história. Em síntese, Hegel assume que na construção de novas formas de sociabilidade, mais desenvolvidas, a humanidade carrega tudo aquilo que foi produzido pelos povos que a antecederam, menos desenvolvidos e, em relação contraditória de negação e incorporação entre o velho e o novo, transforma e cria outras possibilidades. Esse movimento se dá por uma força do que ele intitula “espírito absoluto” (MARX; ENGELS, 2007).

Em relação à Filosofia Positivista, observamos uma forte presença da concepção de evolução. Vimos que Comte não foi o criador desse pensamento, também chamado pelo filósofo de espírito positivo, e sim seu sistematizador. Ele descreveu a evolução da história da humanidade a partir de três estados da filosofia: o teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato, e o científico ou positivo.

A filosofia teológica se constituiu como um ponto de partida necessário ao intelecto humano e buscou explicar os fenômenos da natureza a partir de um conjunto de divindades. A causa de todos os acontecimentos, inclusive os comportamentos humanos, se devia a ação e a vontade de agentes sobrenaturais. Neste caso, a filosofia teológica assume caráter absoluto, uma vez que não há lacunas ou dúvidas incapazes de serem sanadas (COMTE, 1978).

A filosofia metafísica está descrita por Comte como um estágio intermediário entre o ponto de partida do intelecto humano e o seu estado fixo e definitivo - positivo. Em relação ao primeiro, a metafísica se desenvolveu no sentido de buscar uma única explicação para cada fenômeno, que se pauta não mais em divindades, mas em forças específicas (*Ibidem*). Em relação ao último, ela continua a explicar os fenômenos e justificar comportamentos por forças abstratas e distantes da realidade concreta em que esses fenômenos se manifestam.

Por fim, para Comte, o pensamento humano naquele contexto de desenvolvimento industrial do século XIX estaria próximo do seu estágio de mais alto desenvolvimento, científico ou positivo, por meio do qual a observação dos fenômenos e sua

análise racional seriam as formas mais adequadas e perfeitas de explicá-los. Ao mesmo tempo, ele afirmava que as crises atravessadas pelas nações europeias do período eram consequência da instabilidade do pensamento, que se encontrava ainda em transição do estado metafísico para o estado positivo.

Era preciso uma reorganização mental para solucionar a crise que atingia as nações civilizadas da Europa Ocidental. Essa crise era moral e política, não material, por isso a estrutura material deveria ser mantida para que o espírito positivo pudesse agir nas ideias, posteriormente nos costumes e por último nas instituições a fim de restabelecer a ordem (GIANNOTTI, 1978). Logo, se a meta era atingir as instituições políticas, presume-se que a Filosofia Positivista é, também, uma filosofia política.

A consolidação de tal pensamento decorreria da universalidade da educação moral. Por isso, os proletários foram concebidos como a parte da sociedade mais predisposta a acolher essa educação positiva, uma vez que representavam a maioria. Comte apresentou os motivos que faziam das massas populares, denominados de operadores, a serem mais favoráveis para tal projeto:

[...] a eficácia especulativa, que reconhecemos inerente à vida industrial para desenvolver involuntariamente o espírito positivo, deve ordinariamente ser melhor percebida entre os operadores do que entre os empreendedores, porquanto seus próprios trabalhos oferecem caráter mais simples, fim mais nitidamente determinado, resultados mais próximos e condições mais imperiosas (COMTE, 1978, p. 204-205).

Mas, por outro lado, a história nos mostrou que os proletários europeus na segunda metade do século XIX se organizaram em diferentes movimentos contra a exploração dos “empreendedores”, leia-se burgueses, tendo como fundamentos teóricos o Anarquismo, o Socialismo Utópico e o Socialismo Científico, representando sérias ameaças ao desenvolvimento industrial do capitalismo. Portanto, não era só o fato de ser a maioria populacional e sim o fato de serem os mantenedores do modo de produção capitalista (ENGELS, 1847), o que os elevava como classe primordial à recepção dos valores morais que sustentariam esse sistema de produção.

Esses valores morais, segundo Comte (1978), correspondiam ao programa social dos proletários e defendiam a harmonia entre burguesia e operários, uma vez que ambas as classes eram indispensáveis à ordem material vigente. A solidariedade social, como um dos exemplos da nova moral, deveria ser comungada por todos os membros da sociedade, pois o bem público era o que garantiria a felicidade privada. Diante dessa exposição, presumimos que a Filosofia Positivista, embora, tenha pronunciado que seus estudos se remeteriam às principais necessidades coletivas dos proletários, fez na verdade o inverso ao reproduzir os interesses burgueses de conservação da fonte que emana a exploração dessa classe.

Sendo racionalista e evolucionista, Comte designou ao espírito humano a responsabilidade pelo desenvolvimento da humanidade. Assim, quanto mais evoluídas fossem as capacidades intelectuais humanas, mais desenvolvida seria a sua razão. Portanto, se os seres humanos fossem capazes, individualmente, de compreender a Filosofia Positivista para depois organizar a sociedade com base na racionalidade científica, então a humanidade teria atingido seu estágio mais evoluído, de plena liberdade. Em suma, a razão poderia possibilitar a ordenação dos fenômenos que determinavam a evolução.

O pensamento comteano revelou que as ciências como a astronomia, a física ou a fisiologia, haviam alcançado o ápice de seu desenvolvimento, com um método capaz de se adequar às explicações de todos os fenômenos concernentes a cada uma dessas ciências. No entanto, faltava ainda incorporar ao espírito positivo uma ciência que compreendesse os fenômenos de maior complexidade, quais seriam os fenômenos de caráter social (GIANOTTI, 1978).

Uma vez estabelecida o que Comte denominou de Física Social, o sistema da Filosofia Positivista estaria completo e, conseqüentemente, acreditava ele que a humanidade atingiria a mais alta etapa de sua evolução, o Estado Positivo. Dessa forma, o pensamento positivo teria a função de encontrar um conjunto de leis universais para a explicação dos fenômenos que ele denominava naturais, desde a astronomia até os mais complexos elementos da organização social.

O positivismo, método por meio do qual se produziria o conhecimento positivo, se concentraria em dois grupos distintos de leis: as leis de coexistência, de caráter estático que buscavam organizar, explicar e encontrar relações entre os fenômenos sob o princípio da ordem; e as leis de sucessão, de caráter dinâmico, que permitiriam criar possibilidades de evolução do conhecimento até então constituído, sob o princípio do progresso (COMTE, 1978).

Em contraposição ao idealismo presente em Hegel, e também em Comte, o filósofo alemão Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872) realizou uma interpretação materialista da história. Segundo sua concepção as condições da natureza eram determinantes na construção da vida, ou seja, a existência humana seria uma consequência direta das condições materiais.

Ao reestruturar as bases da dialética Hegeliana e do materialismo de Feuerbach, Marx e Engels elaboraram uma importante contribuição ao pensamento moderno e trouxeram para a materialidade aquilo que, até então, se colocava no mundo das ideias. Ao mesmo tempo, concederam aos seres humanos a possibilidade de criar e recriar seus modos de vida como sujeitos da história. Em contraposição à dialética idealista de Hegel e ao materialismo vulgar e determinista de Feuerbach, Marx e Engels defenderam a tese de que as sociedades humanas se desenvolveram a partir das condições materiais de produção da vida e das relações estabelecidas nesse processo: “como dupla determinação de uma insuperável base material e de uma ininterrupta transformação social dessa base” (LUKÁCS, 2012, p. 285).

Isso significa que também para Marx e Engels a humanidade transitava das formas mais primitivas em direção às formas mais desenvolvidas no curso da história, em busca da liberdade, mas essa evolução não estaria determinada por formas mais evoluídas de consciência, e sim, por formas distintas e mais complexas de sociabilidade (MARX; ENGELS, 2007). Neste caso, não é a consciência da humanidade que determina as suas formas de relação com a natureza, e de associação entre as pessoas, mas, ao contrário, é a materialidade da vida representada por tais relações e associações que condiciona o desenvolvimento da consciência e, especificamente, da racionalidade como uma das suas manifestações.

Ao trazer a história da humanidade para o plano material, Marx e Engels não negligenciam a existência da razão como elemento de evolução. Ao contrário, assumem que é por meio do conhecimento e da análise racional sobre a realidade que poderíamos transformá-la de acordo com as nossas necessidades, em busca de emancipação. Contudo para esses dois socialistas, a razão não se desenvolve por desígnios do “espírito absoluto” de Hegel ou do “espírito humano” abstrato de Comte, e sim, pela relação dialética entre a realidade material e as formas de consciência. “A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 29).

Na perspectiva do materialismo histórico e dialético, o ser humano precisa “estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (*Ibidem*, p. 33). Em primeiro momento precisa garantir o atendimento às necessidades fisiológicas que permitem sua existência; em seguida criar e atender outras necessidades que lhe garantam a plenitude da vida e, concomitantemente, possibilitar a continuidade do gênero humano pela procriação e, em



consequência, por maneiras diversas de associação e intercâmbio. Para tanto, o ser humano transforma a natureza, cria instrumentos cada vez mais complexos, ao mesmo tempo em que transforma a si e amplia a magnitude de sua consciência. São essas relações estabelecidas no processo de produção da existência que determinam o curso da história (*Ibidem*).

Logo, se quiser formar um sujeito diferente é preciso mudar as condições materiais da sociedade, pois sem isso não se muda universalmente as ideias. Foi esse entendimento, que fez os dois filósofos justificarem uma revolução proletária capaz de extinguir o modo de produção capitalista e instalar outra forma de sociedade (comunista) na qual não existiria a propriedade privada e, conseqüentemente, a divisão dos homens em classes distintas.

Entretanto, para recriar ou transformar a história, o ser humano precisa se apropriar de todos os conhecimentos produzidos por aqueles que o precederam acerca do processo de produção. Surge uma situação paradoxal, em que “por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Conseqüentemente é necessário partir da situação atual” (MARX; ENGELS, 2011, p. 138).

Ainda, o conhecimento parcial de apenas poucas técnicas utilizadas em determinada função fabril mantém as pessoas dependentes daquela função e, neste caso, suscetíveis à exploração. Por isso, os autores afirmam que:

Torna questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade (*Ibidem*, p. 97-98).

Essas citações apontam justamente para a necessidade de formar sujeitos com uma disponibilidade absoluta e adaptável, em contraposição aos preceitos de Comte e, posteriormente Durkheim, de que cada sujeito deveria desempenhar aquilo à que foi designado pela sua natureza.

Para Comte, ao contrário, a evolução humana estaria condicionada ao desenvolvimento da razão, que encontra no estado positivo o seu regime definitivo. Em outras palavras, influenciada pelo Idealismo, a Filosofia Positivista condiciona a existência do homem por sua consciência, enquanto na Filosofia Marxista a consciência humana se dá por meio de sua existência. Tais preceitos afetam sobremaneira a concepção de ciência e as estratégias de disseminação dos conhecimentos produzidos pela humanidade por meio da educação.

A tese de que a formação do indivíduo ocorre a partir do campo das ideias, levou Comte a defender uma educação voltada para uma moral universal que reafirmasse a ordem material da época - modo capitalista de produção. Assim, a educação positiva tinha como propósito a organização mental a fim de alcançar estabilidade política, completando desta forma a ordem universal responsável pelo progresso industrial e científico das nações europeias ocidentais. Afirmou Comte a urgência em “substituir nossa educação européia, ainda essencialmente teológica, metafísica e literária, por uma educação positiva, conforme ao espírito de nossa época e adaptada às necessidades da civilização moderna” (COMTE, 1978, p. 61).

Em suma, observamos duas filosofias díspares no que diz respeito aos projetos de sociedade assumidos pelas duas classes determinantes na história do século XIX. De um lado, a burguesia buscando aniquilar todos os obstáculos de seu crescimento econômico e político e, de outro, o proletariado que conseguiu resistir, até certo ponto, e conhecer

algumas alternativas às condições impostas pelo capitalismo.

Neste momento, torna-se imperativo lembrar que continuamos vivendo em mundo que tem como estrutura fundante o sistema capitalista. Apesar da complexificação dos processos de produção e, consequentemente, das relações sociais, e apesar da especialização cada vez mais acentuada das tarefas – o que cria um número incontável de sub-grupos sociais, continuamos personagens da disputa de forças entre a classe trabalhadora e a classe burguesa no século XXI.

Outra advertência imprescindível é de que, se vivemos ainda em uma sociedade constituída de classes distintas, evidentemente seus interesses também são distintos. Se considerarmos tais fatos, seria ingenuidade, senão tolice, acreditar que o conhecimento produzido e disseminado por essas classes poderia ser, de alguma forma, imparcial ou neutro.

Por isso, trataremos a seguir da produção do conhecimento a partir da Filosofia Positivista, bem como suas críticas na perspectiva Marxista, tendo como cenário as análises elaboradas anteriormente sobre essas duas correntes de pensamento e seus princípios teóricos centrais.

### **A produção do conhecimento**

Militar, senhor de terras e um dos maiores mentirosos do mundo. Essas são algumas das tantas características de Karl Friedrich Hieronymus von Münchhausen, cujos contos foram compilados na obra *As Loucas Aventuras do Barão de Münchhausen* (1875). Entre os causos mais famosos está aquele em que Münchhausen se encontra quase totalmente submerso em um pântano e, erguendo a si mesmo pelos cabelos, consegue se salvar.

Em referência a tal situação, Michael Löwy escreve a obra intitulada *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, na qual critica, entre outros aspectos, a fantasiosa intenção de se produzir uma ciência neutra, pura, objetiva, livre de valores. O autor defende a tese de que a produção do conhecimento em ciências sociais não é um espelho que reflete a realidade observada tal qual, mas sim uma pintura que carrega em si um conjunto de elementos concernentes a visão social de mundo do artista.

A história do Barão de Münchhausen torna-se ilustrativa, em especial, quando Durkheim designa à “boa vontade positivista”, elemento essencial ao sociólogo em busca da objetividade científica e a função de “fazer calar as paixões e os preconceitos”, ignorar os ‘conflitos ideológicos’ e ‘afastar sistematicamente todas as prenoções’” (DURKHEIM apud LÖWY, 2000, p. 30). Caberia, assim, ao sociólogo vigiar a si mesmo, como salvou-se o Barão.

Na realidade, a “boa vontade” positivista enaltecida por Durkheim e seus discípulos é uma ilusão, ou uma mistificação. Liberar-se por um “esforço da objetividade” das pressuposições éticas, sociais ou políticas fundamentais de seu próprio pensamento é uma façanha que faz pensar irresistivelmente na célebre história do Barão de Münchhausen, ou este herói picaresco que consegue, através de um golpe genial, escapar ao pântano onde ele e seu cavalo estavam sendo tragados, ao puxar a si próprio pelos cabelos [...] (Ibidem, 2000, p. 32).

A Filosofia Positivista de Comte parte de duas premissas centrais: a sociedade responde às leis naturais e estabelece uma harmonia natural, sendo assim ela pode ser compreendida por métodos das ciências naturais. A ciência, segundo Löwy (2000, p. 17) deve “limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias”.

Ao propor um método positivo para análise dos fenômenos sociais, Comte assume que estes são os mais complexos e coloca a física social como última na ordem das ciências: astronomia, física, química, fisiologia e física social (COMTE, 1978). No entanto, ele

admite que para se conhecer e desenvolver uma ciência mais complexa é necessário, primeiramente, conhecer as que lhe antecederam. Após estabelecer as leis de ordem e sucessão de uma determinada ciência, essas leis são estendidas a próxima ciência mais complexa, e a elas adicionados seus elementos.

Em todos os fenômenos sociais observa-se, primeiramente, a influência das leis fisiológicas do indivíduo e, ademais, alguma coisa de particular que modifica seus efeitos e que provém da ação dos indivíduos uns sobre os outros, algo que se complica particularmente na espécie humana por causa da ação de cada geração sobre aquela que a segue (Ibidem, p. 33).

Essa transposição imediata dos métodos da ciência da natureza para a análise dos fenômenos sociais assume caráter extremamente conservador na obra de Durkheim. Em sucessão à Comte, ele compara a sociedade a um organismo biológico, que depende de um conjunto de órgãos com funções específicas, ordenados sob determinadas leis de coexistência que o fazem funcionar perfeitamente. Para Durkheim, o organismo social funcionaria da mesma maneira: cada indivíduo desempenharia uma função indispensável e estabeleceria relações com os demais indivíduos em “solidariedade orgânica”, de acordo com leis naturais para o funcionamento da sociedade (LÖWY, 2000).

Tal perspectiva gera, entre outras interpretações, a de que a desigualdade social é uma situação “natural”, “funcional” e “inevitável”. Por isso, caberia a cada indivíduo reconhecer e desempenhar seu papel e encontrar a felicidade por realizar aquilo que está em sua natureza e contribuir para a ordem social. Se retomarmos a máxima comteana expressa em nossa bandeira, “Ordem e Progresso”, uma sociedade ordenada tenderia a progredir.

Outra importante implicação está na patologização do ideal revolucionário, apontada por Löwy (2000): se o progresso da sociedade era consequência da ordenação de seus órgãos, a oposição ou os questionamentos ao estado das coisas (a ordem burguesa pautada na exploração do trabalho) e a distribuição dos papéis sociais seriam considerados uma doença contra o desenvolvimento. De certa forma, podemos afirmar que o método positivista de Comte, que assumiu a física social como a mais complexa ciência natural, possibilitou a incorporação de argumentos científicos para justificar a sociedade de classes desiguais.

À Filosofia Positivista caberia ainda a produção de conhecimentos teóricos, despreocupados com a sua aplicabilidade, pois a prática não era responsabilidade dos homens da ciência. Além disso, poderia levar muito tempo para que determinados conhecimentos elaborados teoricamente encontrassem sua função (COMTE, 1978).

As pesquisas de Einstein sobre as reações do urânio para a produção de grandes quantidades de energia não levaram em consideração a possibilidade do extermínio que seria provocado pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki. Da mesma forma, atualmente, as pesquisas genéticas, por exemplo, negligenciam a desigualdade de acesso às tais técnicas em função dos altos custos e, mais do que isso, ignoram completamente a eugenia implícita na possibilidade de manipulação das características físicas de uma criança antes mesmo dela nascer. Escondida sob o “manto sagrado” da neutralidade, a ciência acaba por produzir conhecimentos que atendem a classe que pode pagar por eles e reforça a desigualdade social.

Em contraposição, fundamentados pela história e pela dialética materialista, Marx e Engels apontaram para a estrutura do modo de produção como um condicionante das formas de sociabilidade e estabeleceram que o modo de produção capitalista configura-se a partir da divisão dos seres humanos em grupos de proprietários e não proprietários dos meios de produção, ou seja, de burgueses e proletários. Desta maneira, indicaram que as classes sociais possuíam valores e interesses distintos e buscavam formas de defendê-los. A

ciência, como atividade unicamente humana não poderia, portanto, ignorar os interesses de classe: “nem a ciência, nem os seus diversos ramos, nem a arte, possuem uma história autônoma, imanente, que resulte exclusivamente de sua dialética interior” (LUKÁCS, 2012, p. 12).

Marx interpreta os fenômenos sociais como manifestações acabadas dos processos de disputas estabelecidos nas relações de produção da vida. Neste caso, caberia a ciência não explicar os fenômenos, mas buscar a sua essência, que está no movimento dialético das sociedades humanas. Ou seja, não seria possível compreender realmente a organização social analisando apenas os fenômenos, uma vez que eles não coincidem, necessariamente, com a essência.

A especificidade da relação entre essência e fenômeno no ser social chega até o agir interessado; e quando este, como é habitual, está baseado em interesses de grupos sociais, é fácil que a ciência abandone o seu papel de controle e torne-se, ao contrário, o órgão com o qual se cobre a essência [...] (LUKÁCS, 2012, p. 295).

Por exemplo, descrever que no ano de 2015 as universidades brasileiras acolheram 12,8% da população negra e 26,5% da população branca entre 18 e 14 anos é um fato acabado, um fenômeno. Uma ciência neutra, objetiva, imparcial como propõe o movimento “Escola sem Partido” ou a Física Social de Comte, poderia explicá-lo, por exemplo, por diferenças biológicas e nas capacidades cognitivas de negros e brancos, ou pela tendência genética à preguiça, argumentos amplamente disseminados no século XIX e que parecem voltar à pauta. Por outro lado, uma ciência comprometida buscaria desvelar os processos de exclusão, desigualdade econômica, de acesso à educação e preconceito racial no país, os condicionantes históricos sobre os quais a população negra se constituiu, entre outros.

Os conhecimentos produzidos a partir dessas diferentes perspectivas de ciência, inevitavelmente, possuem implicações para o cotidiano social. A primeira delas, afirma que a culpa pela restrição do acesso de negros à universidade está ou na biologia, ou no esforço individual. Neste caso, ou os negros precisam se empenhar mais para merecer seu espaço, ou eles não possuem condições de ocupar tal espaço. Qualquer que seja a explicação, ela mantém a sociedade de classes imune da responsabilidade.

A segunda perspectiva, contudo, assume a contradição implícita na sociedade de classes como a causa da presença desigual de negros e brancos na universidade. Neste caso, a desigualdade, como um processo, e não um fenômeno acabado é passível de superação, uma vez que a sociedade de classes é uma forma de sociabilidade construída pela própria humanidade e, sendo assim, pode ser transformada. Este é apenas um exemplo que permite ilustrar como a neutralidade na ciência é um mito, uma ilusão, uma ingenuidade. Qualquer que seja a perspectiva adotada pela ciência, estaremos nos comprometendo com a reprodução ou a transformação do estado das coisas.

### **Considerações finais**

No decorrer do século XIX, a sociedade europeia ocidental vivenciou grandes transformações na produção da sua vida material e, conseqüentemente, a organização política e cultural também sofreram mudanças. Vimos que o capitalismo industrial e suas contradições promoveram debates e reflexões teóricas sobre o desenvolvimento humano, levando os filósofos a pensarem o seu próprio contexto histórico. Das várias correntes teóricas, surgidas nesse período, esse estudo priorizou a Filosofia Positivista e a crítica Marxista à luz do materialismo histórico dialético.

A análise mostrou que enquanto Comte se preocupou com a evolução intelectual

humana, Marx e Engels empenharam-se em estudar a base material da sociedade e as relações sociais estabelecidas nos processos de produção da existência humana.

O pensamento positivista defendeu a ordem material de sua época e a reorganização das ideias e dos hábitos sociais, a fim de que os homens se adaptassem ao espírito científico e industrial em direção ao progresso. Não buscou conhecer as causas primeiras e finais dos fenômenos sociais, e sim pesquisar as leis naturais e invariáveis destes, “[...] isto é, relações constantes que existem entre os fenômenos observados” (COMTE, 1978, p. 128). Influenciada pelo Idealismo e sendo expressão da cultura burguesa, a Filosofia positivista não poderia propor uma investigação da fonte dos problemas reais, pois precisaria fazer uma crítica a si mesma e destituir-se da tese de que somente ela seria capaz de constituir uma política especialmente popular.

Enquanto isso, os filósofos socialistas propuseram o fim do modo de produção capitalista. Para a Filosofia Marxista, não era uma ordem moral universal que geraria a harmonia solidária entre proletários e burgueses, e sim a supressão da luta de classe, e a constituição de seres humanos emancipados, livres de contradições e com plena capacidade de ampliar suas potencialidades. Nessa nova organização material, portanto, “[...] surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 2012, p. 69).

Estas perspectivas divergentes conduziram, conseqüentemente, a concepções distintas de ciência. Considerando que a produção do conhecimento ocorre a partir das disputas ideológicas construídas sobre os fundamentos da estrutura social, concluímos que o positivismo e o marxismo expressam no campo teórico e prático o antagonismo de classes existente no modo de produção capitalista.

Sendo assim, reafirmamos a impossibilidade da neutralidade científica e, conseqüentemente, de uma educação apartidária. Também comungamos da concepção de Frigotto (2017, p.31) que a “Escola sem Partido” é a escola do partido da intolerância e da xenofobia, “que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia”. Por outro lado, reconhecemos a perspicácia desse movimento ao utilizar um termo de duplo sentido em um momento de total descrédito à política partidária no Brasil. Pois, “tomar partido” diferente de defender um ou outro partido político, significa comprometer-se com uma causa, seja ela a causa da manutenção do estado das coisas, ou da sua transformação.

Assumimos, portanto, que o conhecimento é também uma condição material concreta, um importante instrumento da classe trabalhadora, necessário à transformação dos modos de sociabilidade. Nosso partido é a defesa da destituição de todas as relações de dependência e exploração da vida.

## Notas

<sup>4</sup>Cabe destacar que, na perspectiva do movimento “Escola sem Partido”, Copérnico teria sido condenado por doutrinação ideológica, uma vez que questionava o modelo cosmológico hegemonicamente aceito.

<sup>5</sup>Na primeira metade do século XIX a França registrou diferentes formas políticas, sendo elas: Consulado, Império Napoleônico, Monarquia Absolutista (Luís XVIII e Carlos X) e Monarquia Constitucional de Luís Filipe.

<sup>6</sup>Neste caso, o ápice do desenvolvimento diz respeito ao método, não à totalidade dos fenômenos compreendidos.

<sup>7</sup>Marx; Engels, 2007; Lukács, 2012.

<sup>8</sup>Segundo Marx e Engels a emancipação do homem nada mais é do que um processo de libertação econômica e conseqüentemente histórica, portanto, ela não pode se consolidar numa sociedade capitalista devido aos interesses de classe.

## REFERÊNCIAS

- COMTE, A. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).
- ENGELS, F. **Princípios básicos do comunismo**. 1847. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>. Acesso em: 16 dez. 2016.
- FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- GARDINER, P. **Teorias da História**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GIANNOTTI, J.A. Comte (1798-1857) - Vida e Obra. In: COMTE, A. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978. Coleção Os pensadores.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- LENINE, V.I. As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo. In: LENINE, V. I. **Obras Escolhidas**. 2. ed. V.I. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1982. p. 35-39.
- LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen - Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo, SP: Cortez, 2000.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.
- MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2008. Coleção Obra-Prima de Cada autor.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo, SP: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.

**Recebido em: 05/04/2017**  
**Aprovado em: 26/10/2017**